



**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR SOLITAÇÃO DA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS (FECAM), PARA TRATAR DA PEC Nº 0004.2/2021, QUE ALTERA O ARTIGO 133 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 9H, NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS, DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhora Deputada, senhores Deputados, senhora Prefeita, senhores Prefeitos, muito bom dia.

Vamos dar início à nossa reunião da Comissão de Finanças e Tributação, que terá duas etapas. A primeira etapa é a audiência pública convocada que foi, e a segunda etapa é a reunião ordinária para deliberarmos sobre diversos projetos de lei em poder dos senhores Deputados.

A presente audiência pública semipresencial trata da proposta de Emenda à Constituição, remetida pelo Poder Executivo, de número 0004.2/2021, que altera o artigo 133 da Constituição do Estado e estabelece outras providências, visando a alterar os critérios de reparte de ICMS aos Municípios que modifica sobremaneira o orçamento municipal.

A PEC 0004.2/2021 é em decorrência da Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020, que altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), e altera o ato das disposições constitucionais transitórias e dá outras providências. Então esse é o objetivo principal da audiência pública.

Antes de iniciarmos formalmente eu quero cumprimentar o presidente da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), o Prefeito Clenilton Pereira, e os seguintes Prefeitos: Gilberto Lazzari, do Município de Faxinal dos Guedes; Jorge Krüger, do Município de Timbó, neste ato representando o senhor Kleber Wan-Dall, presidente da Associação dos Municípios do Vale Europeu; e ainda o Secretário Municipal da Fazenda de Joinville, o Flávio Alves.

De forma virtual quero cumprimentar a Prefeita do Município de Monte Carlo, Sonia Salete Vedovatto; o Prefeito do Município de Nova Itaberaba, Ivanir Possebon, e o Vice-Prefeito de Nova Itaberaba, Claudinei Castagna; o Prefeito do Município de Catanduvas, Dorival dos Santos; o Prefeito do Município de Agrolândia, José Constante, e o Vice-Prefeito de Agrolândia, Adilson Sieves; o Prefeito do Município de Bela Vista do Toldo, Alfredo Dreher; o Prefeito do Município de Capinzal, Nilvo Dorini; o Prefeito do Município de Xanxerê, Oscar Martarello; o Prefeito do Município de Orleans, Jorge Koch; o diretor executivo da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis e ex-Prefeito do Município de São Pedro de Alcântara, Ernei José



Stähelin; o Prefeito do Município de Seara, Kiko Canale; e a Prefeita do Município de Vargem, Milena Lopes. Sejam todos bem-vindos. Quero saudar também todos os Prefeitos que se fazem presentes de forma virtual.

A dinâmica será da seguinte forma: nós vamos ouvir o senhor Lauri, o Prefeito Clenilton e depois mais cinco Prefeitos escolhidos pela Fecam para tratarmos do assunto. Depois o Deputado Julio Garcia virá para esta Comissão, ele é o Relator da proposta de emenda constitucional, e depois vamos fazer o debate e as considerações finais.

Passo a palavra ao senhor Lauri Nora, representante do Conselho de Órgãos Fazendários Municipais de Santa Catarina (Confaz-M), o qual fará uma apresentação de cinco minutos a sete minutos. O senhor pode ocupar a tribuna da Casa, por gentileza.

O SR. LAURI NORA – Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Deputado Marcos Vieira, Presidente da CCJ, e em seu nome cumprimentar todos os Deputados e todas as Deputadas do Estado de Santa Catarina. Gostaria de cumprimentar o Prefeito Nilvo Dorini, do Município de Capinzal; o Prefeito Dorival Ribeiro dos Santos, do Município de Catanduvás, e em seus nomes cumprimentar todos os Prefeitos e todas as Prefeitas do Estado de Santa Catarina. Também gostaria aqui de cumprimentar o Denir Narcizo Zulian, secretário executivo da Ammoc, e em seu nome todos os secretários executivos das Associações do Estado de Santa Catarina.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Nós vamos falar sobre a Emenda Constitucional Federal nº 108/2020, que vem com o objetivo de alterar a redistribuição do ICMS entre os Municípios do Estado de Santa Catarina.

Artigo 158. O artigo 1º diz sobre a definição do índice de participação dos Municípios no produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

O artigo 2º da atual lei nos diz que a parcela de 25% do produto da arrecadação desse imposto é de direito dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

No Capítulo I, da Definição do Índice de Participação dos Municípios conforme a Lei Estadual do ICMS, diz que na divisão dos 25% que são de direito dos nossos Municípios, temos 15% divididos em partes iguais entre todos os Municípios do Estado de Santa Catarina; e 85% conforme a formação do Valor Adicionado (VA) de cada Município. [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi]

Nós vamos mostrar uma representação gráfica para entendermos melhor. A atual lei nos diz, como está na representação do gráfico, que 75% do bolo, como nós chamamos dentro do Confaz, é de direito do Estado e 25% são divididos entre os Municípios de Santa Catarina. E dessa divisão atual, conforme nos representam os 25% aos Municípios, temos 15% igualitários e 85% conforme a produção da formação do ICMS de cada Município.

Agora a Emenda Constitucional nº108, de 26 de agosto de 2020, veio dizendo que nós temos que fazer algumas alterações, sendo no mínimo 65% na produção do valor adicionado, ou seja, pode-se baixar de 85% até 65%, e ainda até 35%, de acordo com o que dispuser a lei estadual, sendo que temos que nos ater obrigatoriamente à distribuição de, no mínimo, 10%, que devemos utilizar na educação, temos que buscar índices da educação para formar esses 10%.

Então o Confaz-M do Estado de Santa Catarina fez uma proposta e, venho dizer para vocês, senhores Deputados, Prefeitos e quem nos assiste também virtualmente, buscamos ser o mais justo possível para que não venha a dar um impacto grande em



algum Município do Estado, porque a gente sabe da responsabilidade de cada Município. Então o que a gente buscou? Chegar a 75% de acordo com o valor adicionado; nos 15% divididos de forma igualitária; e nos 10%, como propõe a lei, Deputado, com base em indicadores de educação.

Quais são os pontos que nós levamos em consideração para formar esse índice da educação? Foi muito trabalhoso, Deputado, o negócio aí. Então nós tivemos o seguinte: 5% com base no número de alunos matriculados na rede municipal; 3% com base no Ideb; 1,4% para os que alcançarem notas do Ideb maiores que a média de todos os Municípios; e 0,6% para os Municípios que apresentarem notas menores que a média dos Municípios. Então todos ganham.

Na próxima imagem eu mostro para vocês a fórmula que nós chegamos para formar, senhores, esses 10%. Seria: ao número de alunos matriculados no Município, na rede municipal, se soma o número de alunos matriculados na rede municipal do Estado como um todo, aí nós teremos um índice que vai representar 5% dos 10%. Os outros 5% nós vamos dividir nos outros itens, onde: 3% são sobre a média do Ideb, média dos últimos dois anos das notas do Ideb no Município, somada à nota do Ideb de todos os Municípios. Vejam que a gente se ateve aqui também a fazer uma média entre dois anos, porque ficar só com um ano é complicado. Também 1,4%, como foi explicado na imagem anterior, os que alcançarem a média do Ideb igual ou superior. Os que estiverem abaixo da média, aí não, receberão só 0,6%.

Representação gráfica: 25% para os Municípios, 75% para o Estado - continua da mesma forma como a lei anterior. Vejam, muda-se somente a faixa dos Municípios, o Estado continua com os 75%. Os 25% ficariam divididos da seguinte forma: 75% pela formação do VA; 15% igualitário; e os 10% do índice da educação, conforme a gente fez o estudo.

Temos, então, uma tabela, que desenvolvemos em cima desses dados, buscando a base de dados 2019, pois 2020 não foi concluído ainda, onde: 4 são os Municípios com variação do índice entre menos 12,88% e menos 10%, que terão essa queda que fica aí no meio (*aponta para o gráfico*); 12 Municípios com variação do índice entre menos 10% e menos 5%; 87 Municípios com variação do índice entre menos 5% e 5%; 56 Municípios com variação no índice entre 5% e 10%; 94 Municípios com variação do índice entre 10% e 20%; e 42 Municípios com variação do índice entre 20% e 50%.

É isso o que nós teríamos, senhores. Obrigado pelo espaço e espero ter alcançado o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Muito obrigado, senhor Lauri Nora.

Passo a palavra para o senhor Clenilton Carlos Pereira, presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) e Prefeito de Araquari. [*Transcrição: Ana Paula Da Luz Sanzovo Alencar / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. PREFEITO CLENILTON CARLOS PEREIRA (Araquari/SC) – Bom dia a todos. Cumprimento especialmente o meu amigo e Deputado Marcos Vieira, Presidente da Comissão. (*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais participantes.*)

Importante dizer, Deputado, que estão presentes, virtual ou presencialmente, todas as 21 Associações. Esta é uma causa de extrema importância para a municipalidade e todas as Associações têm feito a sua parte, como sempre, atendendo ao chamado e estando aqui nos ajudando.

Eu não vou entrar na fala técnica, até porque o Lauri foi muito bem aqui, explicando tudo o que aconteceu e os outros Prefeitos farão o mesmo. O que eu vou fazer é uma defesa da municipalidade e, graças a Deus, nós temos nas pessoas do



Deputado Marcos Vieira, que é o Presidente da Comissão, e do Relator, Deputado Julio Garcia, uma sensibilidade municipalista muito grande. Eu tenho a convicção de que sairemos daqui hoje com uma vitória, Prefeito Gilberto, pode ter certeza disso. Nós teremos tanto por parte do Deputado Marcos quanto do Deputado Julio Garcia um olhar muito, muito municipalista, como sempre foi, e por isso estamos aqui.

Agradecemos, Deputado, por esta convocação e por dar espaço para que os Municípios possam estar aqui fazendo a sua defesa. É importante dizer que todo ano, ou melhor, todos os anos os Prefeitos vão a Brasília brigar pelo Pacto Federativo, não é, Prefeito Zé? E agora estamos aqui brigando ou lutando para não perdermos mais do que já perdemos. Infelizmente a gente, não é, Prefeito Kiko, os Prefeitos e as Prefeitas – e é no Município onde tudo acontece - vêm tendo cada vez mais dificuldades, mas ainda bem que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina tem tido um olhar diferente, um olhar voltado realmente para os Municípios e nos recebe aqui hoje.

É uma pena que a Emenda nº 108 já retirou – ah, mas vem para a educação, vem... -, na verdade, de certa forma já retirou a autonomia dos Municípios. Se acontecer o que está previsto, só piora. Então o que precisamos aqui é ter essa sensibilidade e olhar para o Município.

Tenho que fazer aqui um agradecimento especial e parabenizar a equipe do Confaz, porque se tem um time que se dedicou, que se empenhou e trabalhou para que não tivéssemos as perdas que, se Deus quiser, não teremos, é esse time, é em função de cada técnico, de cada um que faz parte do Confaz que tem essa veia municipalista, que defende o Município como ninguém. Então, isso é muito importante e quero fazer um agradecimento, em nome de cada Prefeito, de cada Prefeita, de cada gestor pelo empenho de vocês, pela dedicação e pela torcida para que dê certo. Eu tenho muita convicção de que dará certo.

Então a minha fala é mais no âmbito da defesa da municipalidade. Não vou entrar na questão técnica, não é nosso papel aqui, mas é importante também que se diga que boa parte dos Prefeitos e das Prefeitas, de repente, ainda não entendeu a importância desse projeto aqui. Então as Associações têm feito esse papel lá na ponta, mostrando para cada um o quanto isso será prejudicial, se passar do jeito que era para ser.

Mas deixo aqui a minha mensagem de agradecimento, Deputado Marcos Vieira, Deputado Julio Garcia, Deputada Marlene, Deputado Fernando Krelling, que acabou de chegar, estava virtualmente, olhem como vocês sempre têm olhado para a municipalidade, que é onde as coisas acontecem. O Prefeito e a Prefeita estão lá, são o para-choque da vida pública, enfrentando as dificuldades no dia a dia para que tenhamos mais qualidade de vida no nosso Município. E se não tivermos o apoio, seja da Assembleia ou da Câmara Federal, não se consegue avançar.

Muito obrigado, que Deus abençoe e que saiamos daqui hoje com o resultado que viemos buscar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Eu quero agradecer a fala do Prefeito Clenilton.

Também quero dizer a todos vocês que nós temos dezenas de Prefeitos lincados, porque a audiência pública é semipresencial. Nós temos dezenas de Prefeitos que vejo aqui na tela, assim como também estão on-line os Deputados Mocellin e Sargento Lima. E registro a presença do Deputado Fernando Krelling.

Com a palavra o Prefeito de Faxinal dos Guedes e presidente da Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai), senhor Gilberto Angelo Lazzari, por até cinco minutos.



O SR. PREFEITO GILBERTO ANGELO LAZZARI (Faxinal dos Guedes/SC) - Bom dia, Deputado Marcos Vieira. (*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Com certeza, Deputados, eu acho que este momento é importante e temos que parabenizar a Assembleia Legislativa por oportunizar aos Municípios a defesa de seus interesses, porque é nos Municípios que nós, como foi dito aqui, recebemos o cidadão na porta da nossa casa, muitas vezes, para resolver os problemas.

Eu acho que essa proposta do Confaz é excelente e é a maneira mais justa que está sendo proposta para que os Municípios não percam recursos. Santa Catarina tem 295 Municípios, dos quais apenas 30 Municípios têm mais de 50 mil habitantes. Então são nos pequenos Municípios que a produção primária acontece; é lá que nós temos que manter as estradas, arrumar as pontes, os bueiros, e muitas vezes sem recursos. E os senhores Deputados, que andam pela região, sabem a peregrinação que os Prefeitos fazem em busca de recursos.

Então, acho que temos que fazer com que não percamos mais do que já foi perdido ao longo dos anos. Sabemos que muitas vezes temos que fazer na área da saúde coisas que não são obrigação do Município; coisas na educação que talvez não sejam do Município. Nós temos que estar aí... Como eu já disse, estão batendo na nossa porta.

Então acho que essa proposta dos 15% é justa, justíssima, e eu faço um apelo a todos os Deputados, às Deputadas, que se atentem para isso. Nós não podemos perder mais. Chega de estar correndo com o pires toda vez em direção a Brasília ou aqui, na Capital, peregrinando, pedindo recurso para os senhores Deputados. Então acho que vamos nos unir em prol de Santa Catarina e dos pequenos Municípios.

Eu diria, Deputado Marcos Vieira, que antigamente, até não muito tempo atrás, quem ganhava era o atravessador. Com muito respeito aos grandes Municípios que têm o valor agregado, o valor adicionado, que muitas vezes simplesmente trocam a nota, embarcam o produto para exportação, ganham mais do que quem está lá limpando um chiqueiro, limpando uma pocilga, tratando os suínos, a vaca, cortando o pasto, fazendo os deveres, a obrigação de cada agricultor.

Eu acho que temos que nos ater a isso e olhar um pouquinho mais para o interior. Nós brigamos e lutamos tanto para que o êxodo rural não aconteça, mas se tivermos Municípios pobres, com certeza o êxodo vai aumentar cada vez mais. Mas acho que com a união de todos, o esforço principalmente dos senhores Deputados e da Fecam, nós teremos aí uma colheita virtuosa, uma colheita próspera para a nossa população e para os pequenos Municípios, principalmente.

Um grande abraço a todos e contamos com a compreensão de vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Muito obrigado, Prefeito Gilberto, da cidade de Faxinal dos Guedes.

Eu quero pedir agora que faça uso da palavra, por até cinco minutos, o Prefeito do Município de Timbó, senhor Jorge Augusto Kruger. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. PREFEITO JORGE AUGUSTO KRUGER (Timbó/SC) - Muito bom-dia a todos e a todas.

Cumprimento o Deputado Marcos Vieira, a Deputada Marlene, o Deputado Fernando; cumprimento o nosso presidente da Fecam, Clenilton Pereira; cumprimento também os demais amigos Prefeitos e cumprimentando a nossa Secretária de Administração e Finanças, Maria Angélica, eu cumprimento todos os Secretários e os demais servidores das Prefeituras que aqui estão.



Quero trazer também a mensagem do nosso presidente da Amve, a Associação dos Municípios do Vale Europeu, Prefeito de Gaspar, Kleber Wan-Dall, reiterando, enaltecendo e parabenizando todo o trabalho feito aqui pelo Confaz, que realmente evidencia e torna mais harmônica essa redistribuição de recursos proposta pela PEC. Temos, sim, sempre que enaltecer e valorizar a melhor distribuição, que traz uma autonomia financeira e fiscal mais igualitária e justa aos Municípios catarinenses.

E como disse o Prefeito e presidente da Fecam, tomara que continuemos a lutar para estarmos aqui, num futuro próximo, falando de mais recursos para os Municípios e não da possibilidade de retirada ou do engessamento de recursos em função da necessidade que os Municípios têm. E como foi muito bem frisado aqui, é lá que a realidade dos nossos municípios e das pessoas acontece.

Então, que possamos continuar unidos, fortalecidos e lutando para que tenhamos cada vez mais uma Assembleia, um governo estadual e um governo federal mais municipalistas e que cobremos também a grande questão que acho que emperra o desenvolvimento do nosso País, uma proposta que infelizmente ainda não foi tirada de pauta, que é o Pacto Federativo.

Obrigado e um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Obrigado, Prefeito Jorge.

Vamos ouvir a fala de Flávio Martins Alves, Secretário Municipal da Fazenda, representando o Prefeito de Joinville, Adriano Bornschein Silva, e a Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina (Amunesc), por até cinco minutos.

O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL FLÁVIO MARTINS ALVES (Joinville/SC) – Bom dia a todos e a todas.

(Passa a ler.)

“Quero agradecer a oportunidade saudando o senhor Presidente Marcos Vieira e, assim, saudar todos os Deputados e todas as Deputadas desta Casa de Leis; saudar ainda os Prefeitos, os Secretários, as Prefeitas, as Secretárias, os Vereadores e as Vereadoras que sabemos estão acompanhando, além dos técnicos e as Associações de Municípios que fazem com louvor essa defesa municipalista.

Parabenizo a Fecam, na pessoa do presidente Clenilton Pereira, e agradeço a honrosa oportunidade de me pronunciar em nome do Confaz e da nossa presidente Pileka, que tem conduzido com tanto êxito esse grupo de Secretários que tem se dedicado a esse debate.

Senhor Presidente, nós vivemos de fato um momento crítico na história das cidades. Muitas das decisões que foram tomadas nos últimos anos em decorrência da pandemia continuarão reverberando no desenvolvimento das cidades e até mesmo gerando perdas e oportunidades para muitos dos Municípios do nosso País.

Sabemos que o nosso Estado é próspero e tem servido de exemplo para a nossa Nação, especialmente por conta da resiliência do nosso povo e das empresas e dos empresários que, com muito sofrimento, suportaram esse período tão duro, e nós sabemos que para os Municípios não foi diferente, para os Prefeitos e as Prefeitas que assumiram agora e também para aqueles que encerraram os seus mandatos no ano passado, diante de um momento ímpar da nossa história.

Nesse sentido, eu julgo que é nosso dever, no mínimo, manter esse padrão conquistado pelo nosso Estado, senão tornar Santa Catarina melhor do que ela já é. E esse desafio é compartilhado, senhor Presidente, por pessoas como vossa excelência, que tem dedicado a sua vida em prol da defesa dos nossos irmãos catarinenses.

A PEC 0004.2/2021 expõe uma inegável importância da educação no desenvolvimento, e sabemos que as cidades se tornaram sólidas e prósperas porque



investiram e foram exitosas na implementação de políticas públicas nessa tão importante área. Países como Singapura têm hoje um desenvolvimento impressionante por conta dessa priorização.

É inegável também que a intenção do Legislador Federal, senhor Presidente, foi a das melhores, entretanto, ainda que boa, eu penso que essa PEC, na modelagem que veio de Brasília, infelizmente não foi favorável aos Municípios, dentre outros temas que certamente serão discutidos, como a PEC 109 e a Emenda Constitucional 178, pois certamente serão temas de debate para os próximos anos.

Há, entretanto, em relação a esse projeto especialmente, um nítido descompasso da intenção do Legislador nessa política fiscal em relação a encontrar um caminho de lucidez para os Municípios. E eu falo lucidez por quê? Porque esse projeto, de fato, na formatação como foi desenhado em Brasília, ofereceu, na verdade, uma rivalização entre Municípios de todos os portes, e na prática nós entendemos que todos perderão, inexoravelmente, caso uma proposta diferente dessa que tem sido defendida tecnicamente siga adiante.

Eu lino quatro pontos, já encerrando a minha fala, dizendo o primeiro ponto que nos causa preocupação.

Esse projeto muda de forma drástica e vai implicar realmente na mudança do resultado fiscal dos Municípios nessa janela de tempo. A pior parte dessa cena é que vai penalizar eventualmente Prefeitos e Prefeitas que fizeram o dever de casa, fizeram realmente um controle durante a pandemia e, nessa janela de tempo, de forma inesperada, terão que refazer.

O segundo ponto que eu quero destacar é o PPA, a LDO e a LOA. O PPA nós sabemos que é um instrumento de planejamento importante para quatro anos do gestor público e foi feito neste ano, nós acabamos de fazer. Sabemos que estamos diante de ex-Prefeitos e atuais Prefeitos e Prefeitas que sabem o quanto ele é importante como norteador das políticas públicas dos seus Municípios. Então, inexoravelmente, PPA, LDO e LOA serão afetados caso uma proposta muito radical vá adiante.

O projeto federal também não tocou, e acho que aqui é um ponto dramático dessa cena, nos três principais problemas que norteiam a educação, que são merenda, transporte e uniforme escolar. Infelizmente esse tipo de tema não foi debatido em momento algum e acho que seria muito mais relevante para a Nação caso tivesse sido discutido isso em detrimento dessa distribuição agora, que a nosso ver, definitivamente, não levará resultado sob a ótica financeira para os Municípios.

E o último ponto é que ele vai desestabilizar as políticas regionais em relação aos Municípios. Por quê? Porque sabemos que os Municípios têm, em relação às suas vizinhanças, políticas públicas tanto na saúde, quanto na educação, e é muito importante que nós tenhamos esse cuidado também para não gerarmos esse descontrole nessas questões.

Concluo a minha fala, senhor Presidente, dizendo que existem outros temas que vão afetar o municipalismo, como por exemplo a guerra tributária que está em cena agora, e todas as reformas tributárias que estão sendo discutidas não são municipalistas e têm um condão de tirar ainda mais recursos dos Municípios que já sofrem tanto.

Por esta razão, senhor Presidente, concluo dizendo que a solução ora apresentada não é senão a única possível...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Mais trinta segundos. [Transcrição: Rafael José de Souza / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira]

O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL FLÁVIO MARTINS ALVES (Joinville/SC) – Obrigado, senhor Presidente.



E ela serve para evitarmos um caos. Por quê? Nós sabemos que tanto Municípios grandes, quanto Municípios pequenos estão representados aqui quando todas as Associações, senhor Presidente, vêm para um debate como este, devidamente instrumentalizadas e com base estatística desses dados. Então é inevitável a interpretação clara de que há um movimento municipalista articulado, pensando em prol das Prefeituras, das cidades, e, portanto, entendemos que esse projeto deva ser valorizado.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Obrigado, senhor Flávio.

Passo a palavra ao senhor Edemilson Canale, Prefeito de Seara, representando a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (Amauc), por até cinco minutos.

O SR. PREFEITO EDEMILSON CANALE (Seara/SC) — Bom dia.

Obrigado, nobre Deputado Marcos Vieira, que com a sua experiência e sabedoria convocou esta audiência muito importante para Santa Catarina e, principalmente, para os Municípios. À Marlene, com a sua vitalidade e com a sua experiência, eu agradeço pela presença, e também ao Julio, que não está aqui, mas que tem também uma grande bagagem na sua estrutura político-administrativa.

Quero saudar o Clenilton, nosso presidente, que falou muito bem da sua experiência e sabe, como Prefeito, que é muito importante este momento; os Prefeitos e as Prefeitas que estão aqui; o pessoal da Associação; e o Confaz que colocou com muita propriedade a situação por que passam os Municípios.

Eu gosto de números. E se nós colocarmos hoje a situação aqui, nós vamos a Brasília, como disse o nosso presidente, buscar 1%, brigar para que possamos ter uma reforma tributária diferente e melhor para Santa Catarina e para o Brasil e principalmente para os Municípios, pois como vimos na apresentação, a situação muda somente para os Municípios.

Eu estou praticamente no quinto mandato, mas nunca aprendemos, temos sempre que reaprender. E como disse o Prefeito, e todos aqui falaram muito bem, inclusive o Secretário, que tem propriedade para falar isso, no Município muitas vezes eles conhecem o Prefeito, conhecem o CPF e o endereço do Prefeito, e isso não apenas em cidade pequena.

Eu, aqui, represento o Rogério Pacheco, de Concórdia, e a Leani, que é a presidente da Amauc, e nós, na nossa região, por exemplo, de 14 Municípios, afetam 35,71%. Mas mesmo assim, mesmo assim, se nós deixarmos como vem a PEC 108, nós vamos perder muito mais. Seara perde R\$ 200 mil e Concórdia R\$ 400 mil por mês, aí nós vamos buscar uma emendinha de R\$ 200 mil, de R\$ 100 mil... isso é um absurdo.

O que nós temos que defender? Eu acho que a Assembleia Legislativa, nobre Deputado Marcos, deu um grande passo para essa mudança da PEC 108. E falo mais: nós fizemos, sim, o dever de casa; o dever de casa dos Municípios de Santa Catarina tem uma gestão exemplar, Flávio. Exemplar por quê? Tem a 173, que nos impediu de dar reajuste, e nós poderíamos ter dado, porque é dinheiro que movimenta o mercado; nós temos a questão da exportação em Seara e em toda a região do agronegócio, uma vez que o agronegócio segurou o Brasil, segurou Santa Catarina, porque sem alimento não se vive; nós não temos recurso de ICMS da exportação, não temos, temos valor agregado. Seara teve 54,86 de movimento do valor agregado de aumento, de incremento, como eu vou ter no valor geral 11,57. De que adianta isso?

Nós brigamos, lutamos, construímos em toda a região de Santa Catarina um movimento econômico e depois temos perda, quando nós deveríamos ganhar.



Então, acho fundamental essa situação, nós estamos em cinco Municípios que estão perdendo na Amauc, mas não tem problema, ficamos com a tabela do Confaz para não perder mais.

Municípios de grande porte, de médio porte ou de pequeno porte – em Santa Catarina a maioria é de pequeno -, muitos perderam muito dinheiro no Fundeb. Seara chegou a perder R\$ 2,2 milhões pelo número de alunos. Agora, com o movimento do agronegócio, o que está acontecendo? Nós temos venezuelanos, nordestinos, argentinos, temos um problema social, de educação, de saúde; em Seara, hoje, faltam creches, faltam escolas e agora nos retiram?! Mas, mesmo assim, eu fico com a tabela do Confaz, a nossa região está definida nessa situação.

Então, Presidente, Deputado Marcos, Marlene, Julio Garcia, parabéns pela atitude. Defendam Santa Catarina, porque aqui, mesmo que a gente perca, mesmo que a gente perca, é melhor do que vier a tabela da PEC 108. Isso é muito importante para os Municípios. Imaginem perder R\$ 200 mil, perder R\$ 400 mil, R\$ 500 mil por mês?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mais trinta segundos.

O SR. PREFEITO EDEMILSON CANALE (Seara/SC) — Só quero retroagir um pouquinho.

Todos os Prefeitos tiveram um incremento muito grande de ICMS, recurso que veio do governo federal, inclusive do Fundeb, para este ano. O ano que vem, não sei! Então é muito importante nós defendermos essa situação e ficarmos com a tabela do Confaz.

Muito obrigado, um abraço a todos e muita saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Obrigado, Prefeito Edemilson, de Seara.

Passo a palavra à senhora Sonia Salete Vedovatto, Prefeita de Monte Carlo e presidente da Associação de Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina (Amplasc), que está *on-line*, por até cinco minutos.

A SRA. PREFEITA SONIA SALETE VEDOVATTO (Monte Carlo/SC) — Bom dia. Gostaria de cumprimentar todos que estão virtualmente participando, assim como eu, deste momento tão importante em que será definido o futuro do repasse aos Municípios catarinenses. E agradeço a todos que estão encampando este movimento nesta audiência.

Gostaria de fazer a minha fala não de forma técnica, mas como Prefeita, representando também aqui os 54% dos Municípios de pequeno porte.

Eu sou Prefeita de Monte Carlo, Município do meio-oeste catarinense, e presidente da Amplasc, que é constituída por 7 Municípios e o maior deles é Campos Novos, com 35 mil habitantes. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

A gente vem enfrentando inúmeras instabilidades no decorrer dos anos à frente dos Municípios, e uma das situações que, de repente, pode acontecer agora, é mais uma das instabilidades que pode ter uma grande consequência para nós, que somos Municípios pequenos e que temos produções ainda em nível primário. Esse repasse, se não for distribuído de uma forma igualitária para todos os Municípios, virá justamente atrapalhar os nossos orçamentos, a nossa LDO, o nosso PPA e a nossa LOA, porque nós já fizemos todo esse planejamento.

Então, eu quero nesse momento pedir para toda esta Comissão, ao senhor Presidente, nosso Deputado, que sempre vem defendendo as causas municipalistas e o cumprimento pela excelente iniciativa, que busca sempre mais informações ao nos ouvir, nós que estamos aqui na ponta, qual é a nossa visão em relação a essa PEC, mas



neste momento quero pedir para toda a Comissão que observasse com bastante cautela, com bastante preocupação a questão e tivesse um olhar atento para nós, porque o nosso IDH já é bastante deficitário e, conseqüentemente, essa alteração causará inúmeros prejuízos a nossa população em 54% das cidades catarinenses.

Então, Deputado, quero agradecer pela sua iniciativa. Acho que toda a parte técnica já foi muito bem explanada, mas estamos aqui contando com a visão justa do nosso Relator e Deputados para que seja feita da melhor forma a condução desse projeto polêmico, que no momento gera uma instabilidade em todos nós.

Os problemas maiores que acontecem somos nós, aqui na ponta, que seguramos, e contribuímos de igual maneira para todo o Estado na sua evolução. E acreditamos que neste momento o mais certo a se fazer é deixar o repasse igualitário a todos os Municípios, cada um com as suas particularidades, mas de forma igual para todos.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade e dizer que estamos todos juntos nessa causa em defesa da igualdade entre todos os Municípios de Santa Catarina.

Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Agradecemos a participação da Prefeita Sônia Vedovatto, de Monte Carlo.

Não há mais Prefeitos relacionados para manifestação, tendo em vista que a seleção foi feita pela própria Fecam.

Sendo assim, vamos agora ouvir as senhoras Deputadas e os senhores Deputados.

Passo a palavra para o Deputado Estadual Sargento Lima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Obrigado, Presidente. Primeiro quero agradecer pela oportunidade.

Nós estive observando essa PEC e se eu tivesse que dar um nome para ela, eu daria o nome de Lei de Gerson. Nós estamos falando de um Município, senhor Presidente, da minha cidade de Joinville, que positivamente sofrerá um impacto de mais ou menos R\$ 70 milhões por ano, e em Joinville moram catarinenses, e Joinville não deixa de ser um Município.

Nós tivemos a oportunidade de sermos agraciados pela nossa Acij e pela nossa CDL com a construção de 53 leitos no Hospital São José, hospital este que absorve a complexidade de 26 Municípios do entorno, toda a Amplanorte, a Amvali e a Amunesc, que utilizam este hospital da cidade de Joinville.

Nós recebemos cerca de trezentas famílias a quatrocentas famílias por ano que vêm morar em Joinville e que recebem menos de um salário mínimo ou não possuem remuneração. É o mesmo impacto que sofrem aqueles que recebem também os venezuelanos, os haitianos, enfim, os imigrantes de todo o país. Nós sofremos isso em nossa cidade de Joinville.

Esse cálculo feito em cima do PPA e da LOA, essa observação de que deve ser feito o dever de casa, nós, sim, fizemos o nosso dever de casa. Tivemos agora a construção do nosso eixo industrial, com um dos menores investimentos do governo do Estado dentro de um Município, considerando também o fato de que esse projeto foi inteiramente subsidiado pela nossa Associação Comercial e Industrial da cidade de Joinville, a Acij, em parceria com a CDL.

E agora vemos que a nossa cidade vai ser realmente impactada em R\$ 70 milhões. Fora os R\$ 35 milhões, que é o gasto do nosso Hospital São José, do Zequinha, somente para atender a alta complexidade e fazer os atendimentos aos nossos Municípios vizinhos. Eu, às vezes, escuto essas falas, com as quais eu concordo, pois todo mundo tem o direito de considerar como deve ser feita essa distribuição, porém



está sendo extremamente penalizada a cidade de Joinville, lugar onde todos os Deputados fazem votos, e isso eu também falo para os Deputados.

Eu trabalho bastante em cima desse ponto, quem me conhece sabe que eu trabalho dessa forma. Eu também considero a causa municipalista muitíssimo importante, porém também considero Joinville um Município. Eu quero saber a posição de Itajaí, Chapecó, que estão encostando em Itajaí na arrecadação, nós absorvemos realmente toda essa demanda dos Municípios circunvizinhos, Blumenau, Jaraguá do Sul, enfim, todas essas cidades aí. E esse impacto pode ferir Joinville mortalmente. Mortalmente mesmo!

Despir um santo para vestir outro, no meu entendimento não é uma coisa muito inteligente a ser feita. As pessoas que vivem em Joinville precisam que as obras sejam realizadas, mas estão paralisadas pela falta de recursos, problemas idênticos àqueles que existem em todos os Municípios.

Eu vou mostrar o meu gráfico para vocês. Vocês, que estão ocupando cada uma dessas cadeiras da Assembleia Legislativa, podem olhar em volta, porque de cada cinco cadeiras dessas, uma quem paga é a cidade de Joinville – esse é o meu gráfico. E agora nós sofremos mais um impacto desses! Eu não vejo como muito interessante, e tenho que deixar claro, esse é o meu posicionamento.

É óbvio que muitos serão beneficiados, nós temos aí onze Municípios que serão diretamente impactados no nosso Estado, e eu já olho com outros olhos, um pouquinho diferente daquele olhar das falas que eu ouvi até agora. Como eu disse, a gente está despiando um santo para vestir outro. É uma injustiça com a cidade de Joinville, são R\$ 70 milhões de reais/ano, esse é o prejuízo! [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Como eu já disse, nós já absorvemos R\$ 35 milhões apenas na questão da saúde; mais ou menos 45 mil pessoas a 50 mil pessoas entram e saem de Joinville todos os dias e deixam ali também não somente as suas riquezas, mas os seus problemas sociais. O entra e sai que eu digo é desde aeroportos, rodovias e rodoviárias, pessoas que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Sargento Lima, pela finalização, por gentileza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Como eu disse, está aí o meu gráfico e de cada cinco cadeiras dessas aí que vocês estão olhando (*refere-se às cadeiras do plenário*), uma delas é paga pela cidade de Joinville.

Concluído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhora Deputada, senhores Deputados, senhoras Prefeitas, senhores Prefeitos, quero aqui, Deputado Sargento Lima, fazer um esclarecimento. Todos, todos os 295 Municípios de Santa Catarina foram convidados. Vou repetir: todos os 295 Municípios de Santa Catarina, todos os Prefeitos foram convidados para participar desta audiência pública, e foi colocado o *link* à disposição de todos os senhores Prefeitos.

Foram convidados para estarem presencialmente todos os presidentes ou representantes das 21 Associações de Municípios. Agora, se alguns Prefeitos não solicitaram o *link*, eu não posso fazer nada. Então, desculpem, mas perdem o direito de colocar as suas posições.

Passo a palavra à senhora Deputada Marlene Fengler, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER – Bom dia, senhor Presidente, Deputado Marcos Vieira. Quero cumprimentar os meus colegas, Deputado Julio, que é o Relator desta matéria; o Deputado Coronel Mocellin; o Deputado Sargento Lima; os demais Deputados desta Comissão; o Clenilton, presidente da Fecam, que está desenvolvendo um trabalho muito importante em prol dos



Municípios, da defesa dos Municípios; o Kiko, em seu nome cumprimentar todos os demais Prefeitos e todas as Prefeitas presentes; e os que nos acompanham de forma virtual.

Quero dizer que a presença de vocês e a mobilização dos Municípios talvez seja um marco e seja a resposta mais efetiva a essa alteração que obviamente prejudica a maioria dos Municípios. E a construção dessa proposta pelo Confaz, eu acho que isso, sim, mostra a unidade de vocês, a unidade dos Municípios e, ainda que alguns percam - porque com a proposta da forma que veio praticamente todos perdem, alguns perdem muito -, essa me parece ser uma forma de equalizar, obviamente, uns vão continuar perdendo um pouco mais do que outros, mas parabeno vocês pela construção que vocês fizeram.

Enfim, eu acho que nós aqui, Presidente Marcos Vieira, temos a responsabilidade de fazer aquilo que for o melhor para os Municípios, nós somos municipalistas. Vocês construíram um caminho, uma solução e, na minha opinião, nós temos que respeitar isso e temos que trabalhar para que isso seja aprovado para minimizar os efeitos dessa PEC. Não tem como neutralizar, mas eu acho que vocês fizeram o dever de casa e a apresentação que foi feita aqui pelo Lauri Nora, parece-me, pelas falas dos demais representantes também das Associações de Municípios, contemplar dentro do possível, obviamente, as demandas dos Municípios. É o que me pareceu também, eu não sou especialista na área, mas é o que é possível fazer.

Então, da minha parte aqui, acho que também concordamos todos aqui que vamos trabalhar para que essa proposta seja aprovada e minimize os efeitos dessa PEC.

Estamos à disposição e vamos trabalhar para isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Agradeço à Deputada Marlene.

Devo ainda fazer mais alguns esclarecimentos.

Perguntaram-me se a Secretaria da Fazenda foi convidada. Nós entendemos que não deveríamos convidar a Secretaria da Fazenda porque não está se mexendo no ICMS do Estado. Os 75% que têm direito estão totalmente preservados. O que está se tentando mexer são nos 25% dos 100% dos Municípios, ou seja, dos 100% que os Municípios têm direito, 75% tem a sua destinação fixada pela Lei Complementar Federal nº 63, e os outros 25% são passíveis de modificação por lei estadual, conforme determina a Constituição Federal. E é exatamente em cima desses 25% que está-se fazendo o grande debate na manhã de hoje.

Passo a palavra ao senhor Deputado Estadual Coronel Mocellin, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL CORONEL MOCELLIN – Bom dia, Presidente Marcos Vieira. Quero também cumprimentar os nossos colegas, Deputada Marlene Fenger; Deputado Julio Garcia; Deputado Sargento Lima; Prefeito Clenilton, presidente da Fecam, e em seu nome cumprimento todos os demais Prefeitos presentes; e os que nos acompanham virtualmente.

Eu vinha desde o início assistindo a esta audiência virtualmente antes de chegar aqui e acompanhei todo o debate. E eu queria fazer uma pequena reflexão com todos os nossos Prefeitos que estão nos ouvindo.

Todos reclamam por falta de recurso, né? Os Prefeitos reclamam de falta de recurso, a União reclama, os Estados reclamam e os empresários reclamam que pagam muito impostos. Tem alguma coisa errada, né? Ou paga bastante imposto e sobra dinheiro para as Prefeituras, Estado e União ou os empresários pagam pouco imposto e falta dinheiro. Então eu acho que alguma coisa não está muito certa nisso aí.



A gente vem acompanhando isso, com 36 anos de vida pública eu conheço bem como é que funciona a máquina do Estado, dos Municípios e da União e eu acho que, com o tempo, a máquina pública foi inchando com muitos gastos e sobrando pouco dinheiro para os investimentos.

Então, muitos Prefeitos são de primeiro mandato e, de repente, um conselho que eu dou é fazer a... o Estado fez o dever de casa no início do mandato quando fez reforma administrativa do governo do Estado suprimindo mais de dois mil cargos. Neste ano também aprovamos aqui na Assembleia Legislativa a reforma da Previdência pensando futuramente o Estado e os Municípios. Eu vejo que se não for feito nada em muitos Municípios que temos, não adianta botar mais dinheiro, porque vai acabar não tendo recurso para investimentos. E eu vejo também um grande problema, principalmente nos Estados do Sul - e Santa Catarina é um exemplo que recebe de volta da União em torno de 10% do que envia de impostos à União, enquanto tem Estados que chegam a receber 200% de retorno do que enviam. Então essa é apenas uma pequena reflexão que a gente faz.

Sabemos que aqui é tirar de um para colocar para outro. Na verdade, é tentar fazer um ajuste no que os Municípios recebem. A Deputada Marlene falou muito bem, a gente vive numa democracia e a democracia não é a vontade de um, mas, sim, a vontade de todos. Se os Municípios, os Prefeitos e a Fecam concordarem, por que nós seremos contra? *[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini.]*

Então eu acho que nós temos que ver o que é melhor para os Municípios, fazer os ajustes necessários e fazer a aprovação da PEC dentro do que é o melhor para todos. É importante ouvir - e parabéns pela iniciativa de chamar este debate, Deputado Marcos Vieira - e se a maioria acha que é importante, vamos fazer, se a maioria acha que não é, não vamos fazer. Nesse caso sempre um vai ganhar e outro vai perder, não tem jeito, porque não é criado mais recurso e, sim, feito ajustes.

Neste sentido, também quero dar o meu apoio e parabenizá-lo mais uma vez pela audiência pública.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Agradeço a participação do Deputado Coronel Mocellin.

Não há mais Deputados inscritos.

Passo a palavra ao Prefeito Clenilton Pereira, de Araquari, presidente da Fecam, para que faça um arremate final sobre a participação dos Prefeitos, por até três minutos.

O SR. PREFEITO CLENILTON CARLOS PEREIRA (Araquari/SC) – O mais importante fica para o final, Deputado (ri).

De maneira bem rápida, só assinar embaixo do que cada um falou aqui. O Gilberto falou, o Jorge aqui trouxe, o Flávio tem um conhecimento incrível nessa área, o Lauri foi muito feliz na sua fala, o Kiko trouxe o que cada Prefeito e cada Prefeita pensa, a Sônia de maneira virtual trouxe aquilo que a gente pensa também. Cada Prefeito, cada Prefeita, cada um aqui representou os mais de sete milhões de catarinenses, que é onde as pessoas vivem.

Quando a gente vai fazer um cadastro, Deputado, a gente não fala que mora no Brasil, a gente fala que mora na rua tal, número tal, bairro tal, cidade tal, depois a gente fala Estado, País. A gente mora num Município, independente do tamanho, pode ser Flor do Sertão ou pode ser São Paulo, seja qual for o Município tem um Prefeito, uma Prefeita que representa toda a sua comunidade. E acho que foi o Kiko que falou ou foi o Jorge, quando ganhamos 1% do FPM, fazemos uma festa incrível, porque é recurso para os cofres do Município para que possamos gerar qualidade de vida.



Hoje estamos aqui não para reivindicar nada a mais, estamos aqui para não perder mais. Já perdemos, na verdade. O Sargento Lima comentou ali que Joinville terá esse impacto, o que nós estamos fazendo aqui é para não aumentar o impacto de Joinville. Foi o que a Deputada Marlene falou aqui, nós já perdemos uma parte, quem está vindo aqui é para não perder mais.

O Deputado Marcos Vieira foi muito feliz, ninguém está mexendo em nada do Estado, o Estado permanece com 75%, o que veio de cima para baixo foi uma sacanagem tremenda com os Municípios, que mexeu só no nosso. Nós falamos em Pacto Federativo a toda hora, que tem que ser menos Brasília e mais Brasil, e nunca vemos isso, né? É sempre mais Brasília e menos Brasil! E a nossa Brasília é onde nós moramos, nós precisamos cuidar dessa Brasília aqui, que são os nossos Municípios.

Eu quero, de verdade, agradecer a cada Deputado, no final agora o nosso Relator vai falar, e eu conhecendo o Deputado Julio como o conheço, e tendo uma admiração por ele, temos certeza que ele vai nos trazer coisas boas, porque é um Deputado, a exemplo de todos que estão aqui, extremamente municipalista.

E é muito bom ouvir o Deputado Mocellin, a Deputada Marlene, o Fernando, o Marcos, quando vocês falam que o importante são os Municípios e o que for bom para os Municípios é o que farão. É isso o que esperamos e é por isso que estamos aqui.

Muito obrigado a cada um de vocês, que Deus nos abençoe e continue fazendo Santa Catarina o melhor Estado da Federação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhora Deputada, senhores Deputados, senhoras Prefeitas e senhores Prefeitos, antes de passar a palavra ao Deputado Julio, eu consulto os senhores Prefeitos presentes aqui no plenário da Assembleia se todos concordam com a proposta apresentada pela Fecam, a proposta apresentada no painel pelo senhor Lauri Nora.

Os Prefeitos que concordam, permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem. *(Pausa.)*

No plenário há a concordância de 100% dos presentes.

Todos os Prefeitos que estão *on-line*...

(O senhor Deputado Sargento Lima gesticula.)

Eu perguntei aos senhores Prefeitos, Deputado Sargento Lima. O senhor terá direito a voto na Comissão, quando a proposta for colocada em discussão e votação.

Os senhores Prefeitos que estão *on-line*, se concordam, permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem. *(Pausa.)*

Não vejo ninguém se manifestando contrariamente.

Assim, estou entendendo que a proposta está aprovada por 100% dos senhores Prefeitos que estão participando desta audiência pública.

Vou passar a palavra agora ao eminente Deputado Julio Garcia, Relator da PEC 0004.2/2021, que altera o artigo 133 da Constituição do Estado e estabelece outras providências. Antes, porém, quero dizer a vossas excelências que o Deputado Julio Garcia talvez seja o Deputado mais preparado na Assembleia Legislativa para tratar desta matéria. Além de vários mandatos que sua excelência tem, também foi Conselheiro do Tribunal de Contas e conhece a realidade de cada um dos 295 Municípios de Santa Catarina.

Então realmente entendo que foi muito pertinente o Deputado Julio Garcia ter sido designado Relator desta matéria.

O Deputado Julio Garcia com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JULIO GARCIA – Saúdo todos os Prefeitos e todas as Prefeitas na pessoa do presidente da Fecam; cumprimento também o



Deputado Marcos Vieira, Presidente da Comissão; o Deputado Mocellin, a Deputada Marlene e os demais Deputados que nos acompanham *on-line*.

Imaginem vocês se colocarem no meu lugar! O Deputado Marcos Vieira, presidindo a audiência, coloca em votação a matéria e depois pergunta para o Relator: Relator, o que vossa excelência vai fazer (*risos*)?

Então, eu quero sucintamente dizer a todos vocês que o meu relatório será o relatório que vocês acabaram de aprovar.

Muito obrigado, Deputado Marcos Vieira. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Eu disse para todos vocês que o Deputado Julio Garcia é o mais preparado e o mais sábio para fazer e conceder o relatório e voto.

Senhoras e senhores, ao término desta audiência pública, quero aqui dizer que Santa Catarina é um Estado que tem 295 Municípios, dos quais 182 Municípios nós temos menos de 20 mil habitantes. É um Estado realmente pequeno, mas é um Estado altamente produtor: nós somos o 6º maior produtor de alimentos do País, o 6º agora em arrecadação e o 7º em exportação. Então este Estado realmente é privilegiado. Temos somente 1,1% do território nacional e 3,4% da população brasileira, e tudo o que se exporta de Santa Catarina, 70% vêm do agronegócio. Então é realmente um Estado extremamente importante.

Nós somos altamente consumidores de matéria-prima, nós aqui transformamos e botamos na prateleira dos outros. Por isso que Santa Catarina, em setembro, bateu um recorde em toda a sua história, foi o mês que mais exportamos, para quase 180 países do mundo inteiro. Tudo o que Santa Catarina produz, nós, catarinenses, não conseguimos consumir, tudo o que Santa Catarina produz, nós, brasileiros, também não conseguimos consumir, mas o mundo inteiro está consumindo o que Santa Catarina produz.

Então, parabéns à Fecam, parabéns aos senhores Prefeitos, às senhoras Prefeitas, aos Vice-Prefeitos e a todos que estejam aqui presentes.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a audiência pública.
[*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão e Leitura Final: taquígrafa Siomara G. Videira*]

**DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE**